



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA (25ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos doze dias do mês de agosto do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Vigésima Quinta (25ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 08 de agosto de 2013. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Daniela Dalben Mota (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antonio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Vereador Jorge Setoguchi para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Posto isto, o Sr. Presidente suspendeu a sessão às 18h43, para homenagem aos deficientes visuais, mencionando o estabelecido na Moção nº 110/2013, de congratulações para com a Gerência de Cultura e para com o projeto fotográfico denominado “Diversidade em Foco – Click para Incluir”, recebendo no Plenário os alunos deficientes visuais Antônio Melquíades dos Santos, Bárbara Benatti, Clayton Henrique Zuliani, Francisco Domingues, Geraldo Gomes de Oliveira Filho, Luciano Aparecido de Oliveira, Maria José da Silva, Maurílio Vieira Teixeira e Rogério Marcos Platini. Também os alunos videntes e os colaboradores Carolina Beatriz de Almeida Godoi, Carolina Nunes de Matos Castedo, Daiane Pulcinelli, Douglas Cristiano da Silva, Fabiano Amaro Costa, Juliana Mixtro do Amaral Gavazzi, Maria Aparecida Marcos Platini, Maria Fernandes de Souza, Maurício Lucas Guerra, Nathália Costa, Sueli de Moraes Lanatowitz. Os idealizadores e parceiros foram a pedagoga Ana Laura Trentin Guimarães Róttoli; a então Secretária Municipal de Educação, professora Andréia Abbiati; o fotógrafo Carlos Almeida; a Gerente da Deficiência e Mobilidade, Daiane Pulcinelli; a Presidente da Associação Mulher Unimed – AMU, Sra. Inês Norah; a Coordenadora da Associação Mulher Unimed – AMU, Sra. Lica Araujo, o cinegrafista Kuriaki Stabile e a colaboradora Patrícia Borges Gaffo. Foi realizada singela homenagem, com entrega de certificados e flores aos participantes elencados, e a sessão foi reaberta às 19h38. Dando por efetivamente iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Vigésima Quarta (24ª) Sessão Ordinária, realizada em 05 de agosto de 2013, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 98, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

acompanhado de Mensagem nº 56/2013, datada de 1º/08/2013, objeto do Ofício nº 56/2013, de igual data, “instituindo a Semana Municipal de Turismo”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 2. Projeto de Lei nº 99, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 57/2013, datada de 1º/08/2013, objeto do Ofício nº 57/2013, de igual data, “dispondo sobre alteração da denominação do emprego de “Guarda Municipal”, constante do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 3. Projeto de Lei nº 100, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 59/2013, datada de 1º/08/2013, objeto do Ofício nº 59/2013, de igual data, “dispondo sobre a criação, no âmbito Municipal, da Ouvidoria Municipal de Saúde do Município de Mogi Mirim e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 4. Projeto de Lei nº 101, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 60/2013, datada de 02/08/2013, objeto do Ofício nº 60/2013, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, objetivando promover o controle da população canina e felina e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 5. Projeto de Lei nº 102, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 61/2013, datada de 05/08/2013, objeto do Ofício nº 61/2013, de igual data, “dispondo sobre abertura de crédito especial no valor de R\$ 277.377,79”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vigente); 6. Projeto de Lei nº 103, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 62/2013, datada de 05/08/2013, objeto do Ofício nº 62/2013, de igual data, “dispondo sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 103.123,11”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 7. Projeto de Lei nº 105, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, “dando denominação à Rua “16”, situada no Residencial Floresta, no Jardim Planalto, de Rua “Benedito Francisco das Chagas Panciano”; (ao exame das Comissões Permanentes); 8. Projeto de Lei nº 106, de 2013, do Sr. Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, “dando denominação à MMR – 053, de “Estrada Ambrósio De Grava”; (ao exame das Comissões Permanentes); 9. Projeto de Lei nº 107, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 63/2013, datada de 07/08/2013, objeto do Ofício nº 63/2013, de igual data, “dispondo sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 20.000,00”; (ao exame das Comissões Permanentes); 10. Projeto de Lei Complementar nº 07, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 51/2013, datada de 25/07/2013, objeto do Ofício nº 51/2013, de 1º/08/2013, “dispondo sobre alteração de dispositivo da Lei Complementar nº 207/2006, que estabeleceu o Estatuto do Magistério Público do Município de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 11. Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa Mensal da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de julho de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 12. Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa Mensal da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de junho de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 13. Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa Mensal do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de maio de 2013”; (à Comissão de Finanças



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e Orçamento); 14. Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa Mensal do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de junho de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com os Ofícios n.ºs. 56, 57, 59, 60, 61, 62 e 63/2013 o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei n.ºs. 98, 99, 100, 101, 102, 103 e 107/2013 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): n.ºs. 529 e 536, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a direção do Consórcio Intermunicipal de Saúde “08 de Abril”, requerendo-lhe um relatório com informações sobre a quantidade de médicos estrangeiros, que prestam serviços para a Prefeitura, bem como os registros desses profissionais no Conselho Regional de Medicina – CRM” e “seja oficiada a direção da NET – Serviços S/A, requerendo-lhe a implantação dos serviços de TV por assinatura, Internet Banda Larga e NET Fone – Via Embratel no Jardim Murayama III”; n.º 530, de 2013, da Senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “seja oficiado o Presidente da Câmara, para alteração de data, objeto do Requerimento n.º 277/2013, de 05/08/2013, para 19 de agosto de 2013, referente ao Dia do Escritor”; n.ºs. 531, 532, 533 e 534, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o solicitado no Requerimento n.º 216/2013, sobre a criação do Código de Obras, descrito no Plano Diretor de Desenvolvimento de Mogi Mirim, em seu artigo 289”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que encaminhe à Câmara informações referentes aos Conselhos Municipais, tais como, o dia, horário e local das reuniões, bem como os nomes de seus respectivos presidentes”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Gustavo Antunes Stupp, para que encaminhe à Câmara informações referentes à presença de professores auxiliares, para crianças com necessidades educacionais especiais, nas escolas do Município, e para que responda outras perguntas sobre adequação ao ensino inclusivo” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que encaminhe à Câmara informações referentes às associações de moradores, ativas e legalizadas, existentes no Município”; nº 535, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe informações sobre o projeto de mirante de observação, para o reservatório de água, localizado no Residencial do Bosque”; nº 537, de 2013, do Sr. Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe se a pasta de Meio Ambiente possui algum projeto de arborização das áreas verdes das Chácaras São Marcelo”; nº 538, de 2013, da Sra. Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe se pretende promover a revogação imediata do reajuste tarifário do transporte urbano da cidade, retornando aos valores de 2012, bem como constitua comissão de sindicância, para apuração de possíveis novas fraudes e responsabilidades”; nº 539, de 2012, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que encaminhe à Câmara informações referentes à qualidade da água de mina, localizada à Rua da Penha, em Mogi Mirim, bem como envie os resultados da última análise realizada”. O Requerimento nº 540, de 2013, do Sr. Vereador Luiz Antônio Guarnieri, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe informe quais providências estão sendo tomadas a respeito das péssimas condições da malha asfáltica e ausência de bocas de lobo na Rua Vereador Daniel Manara, no Parque da Imprensa”, teve sua discussão requerida pelo Vereador Laércio Rocha Pires,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conforme reza o disposto no Artigo 152, § 3º, combinado com o Artigo 153, IX, do Regimento Interno; (à “Ordem do Dia” da próxima sessão). Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: n°s 632, 637, 638, e 640, de 2013, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “implantação de redutor de velocidade, tipo ‘lombada’, em frente à entrada do Sítio da Chuva, Estrada do Limão, zona rural de Mogi Mirim”, “poda de árvore, localizada na Rua Joaquim da Silveira Cintra, altura do n° 511, no Bairro Santa Cruz”, “limpeza e fiscalização a respeito de descarte ilegal de lixo, que está sendo feito na Rua Douglas Herval Pereira Filho, em frente ao n° 175, na Vila Dias” e “recapeamento da camada asfáltica da Rua Comendador Manoel Agenor Oliveira, centro da cidade”; n° 633, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, “sejam feitos a passagem de máquina motoniveladora e o cascalhamento nas ruas das Chácaras Sol Nascente”; n°s 634, 635 e 636, de 2013, da Sra. Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, respectivamente, “adaptações para acessibilidade no prédio da Estação Educação de Mogi Mirim”, “seja realizada reunião com todos os Conselhos Municipais, antes da elaboração do Plano Plurianual – PPA” e “seja feita a concessão do espaço, onde havia o kartódromo, no Complexo Lavapés, para realização de exames de auto e moto escola”; n°s 639, 641, 642 e 644, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, sugerindo, respectivamente, “limpeza das guias no bairro Jardim Brasília, principalmente a Avenida Capitão João Gonçalves Teixeira”, “providências para Operação Tapa Buracos, urgentemente, na Rua Antonio Roberto Costa, no Parque do Estado II”, “instalação de telefone público, tipo ‘orelhão’, no Residencial Floresta” e “providências para coibir o trânsito de veículos e motocicletas nas vielas existentes no Residencial Floresta”; n°s 643, 649 e 661, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, respectivamente, “troca de tubulação das galerias de águas pluviais por outra de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

maior diâmetro, no trajeto da Avenida Brasil, em frente ao nº 1440”, “seja realizada Operação Tapa Buracos na malha asfáltica das Ruas Paschoal Mazelli e João Alves de Mello, no Jardim Nova Santa Cruz” e “seja realizada Operação Tapa Buracos e recapeamento na malha asfáltica da Avenida Nelson Patelli, no Parque da Imprensa”; nºs 645, 646, 647, 648, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “melhorias na Rua Napoleão Benatti, no Bairro do Garcez”, “limpeza das margens e fiscalização de descarte ilegal de lixo na Rua Napoleão Benatti, no Bairro Garcez”, “limpeza e Operação Tapa Buracos na Rua Antônio Davoli”, “substituição de placa de denominação de via, de acordo com a Lei Municipal nº 4729/2009, na Rua Napoleão Benatti”, “realização de Operação Tapa Buracos na Rua Conde Álvares Penteado, nas proximidades da linha férrea da cidade”, “a inclusão, no Plano Plurianual do Município, de um projeto para criação de novo acesso para Mogi Guaçu, passando pela Avenida Vereador Antonio Carlos Oliveira”, “a inclusão, no Plano Plurianual do Município, de um projeto para criação de novo acesso para a Rodovia SP - 147, com o prolongamento da Rua Francesco Improta até a Rua Manoel Joaquim Silveira Barros”, “a inclusão, no Plano Plurianual do Município, de um projeto para criação de um posto avançado da Guarda Civil Municipal, no SEHAC”, “a inclusão, no Plano Plurianual do Município, de um projeto para construção de uma ponte sobre a linha férrea, unindo a Rua Francisco Dias Reis, na parte da Vila Dias, à parte da Rua do Mirante”, “a inclusão, no Plano Plurianual do Município, de um projeto para criação de um recanto familiar, com quiosques e churrasqueiras, no NIAS Zona Leste”, “a inclusão, no Plano Plurianual do Município, de um projeto para reforma do Complexo Esportivo Maria Paula Bueno, localizado na Vila Dias”, “a inclusão, no Plano Plurianual do Município, de um projeto para construção de uma nova galeria de águas pluviais, na Avenida Expedito Quartieri, nos arredores das Ruas Cuba e Aristides Gurjão”, “a inclusão, no Plano Plurianual do Município, de um projeto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para construção de uma nova galeria de escoamento de águas pluviais, na parte baixa dos Jardins Sberghen I e II” e “a inclusão, no Plano Plurianual do Município, de um projeto para implantação de serviços de infraestrutura no Parque das Laranjeiras”; nº 660, de 2013, do Sr. Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, sugerindo, “instalação de maior número de lixeiras na Feira Noturna, realizada no Espaço Cidadão, às quartas-feiras”; nºs 662, 663 e 664, de 2013, da Sra. Vereadora Daniela Dalben Mota, sugerindo, respectivamente, “estudos, visando a implantação de um Centro Interstício de Libras na municipalidade”, “estudos, para aplicação da Lei nº 5.055, de 10 de janeiro de 2011, que instituiu o Programa de Equoterapia como opção terapêutica de saúde pública, em Mogi Mirim” e “estudos para aplicação da Portaria nº 793, de 24/04/2012, do Ministério da Saúde, em parceria com a Secretaria de Estado do Direito da Pessoa com deficiência, para organizar, ainda neste exercício, um workshop de reabilitação, inclusão e acessibilidade”; nº 665, de 2013, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, sugerindo, “construção de canaleta, na esquina das Ruas Renato Ferreira Porto com Avenida Jacaré, no Bairro Mirante”; nº 666, de 2013, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, “providências, para manutenção da parte elétrica do vestiário do campo de futebol, no Bairro Mirante”; nºs 668 e 670 e 671 de 2013, do Sr. Vereador Luiz Antonio Guarnieri, sugerindo, respectivamente, “providências, para recapeamento da Avenida José Falcete, no Jardim Silvânia”, “providências, para melhoria da sinalização de solo e placas indicativas na Rodovia Senador André Franco Montoro, que liga Mogi Mirim até Martim Francisco” e “providências, para a construção de acostamento em alguns trechos da Rodovia dos Agricultores, principalmente na região de acesso ao bairro rural Bocaina”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nº 122, de 2013, da Senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, propondo, “sejam consignados, em ata dos trabalhos, votos de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

profundo pesar pelo passamento do Sr. Carlos do Nascimento Guilherme, ocorrido em 20 de julho do corrente”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios n.ºs. 805, 806, 807, 808, 809, 810, 812, 813, 814, 815, 816, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, datados de 1º, 05, 06, 07, 08 e 09 de agosto de 2013, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento n.º 598/2013; Indicação n.º 567/2013; Indicação n.º 588/2013; Requerimento n.º 457/2013; Indicação n.º 542/2013; Requerimento n.º 467/2013; Requerimento n.º 473/2013; Requerimento n.º 060/2013; Indicação n.º 060/2013; Requerimento n.º 167/2013; Indicação n.º 475/2013; Indicação n.º 279/2013; Indicação n.º 420/2013; Indicação n.º 473/2013; Indicação n.º 572/2013; Indicação n.º 495/2013; Requerimento n.º 439/2013; Indicação n.º 537/2013; Indicação n.º 568/2013; Requerimento n.º 495/2013; Indicação n.º 471/2013; Indicação n.º 508/2013 e Requerimento n.º 476/2013; Indicação n.º 496/2013; Indicação n.º 497/2013; Indicação n.º 498/2013; Indicação n.º 501/2013; Indicação n.º 502/2013; Indicação n.º 511/2013; Indicação n.º 512/2013; Indicação n.º 551/2013; Indicação n.º 552/2013; Indicação n.º 553/2013; Indicação n.º 554/2013; Indicação n.º 557/2013; Indicação n.º 594/2013; Indicação n.º 437/2013; Indicação n.º 465/2013; Indicação n.º 466/2013; Indicação n.º 056/2013; Indicação n.º 069/2013; Indicação n.º 073/2013; Indicação n.º 467/2013; Indicação n.º 473/2013; Indicação n.º 100/2013; Requerimento n.º 051/2013; Indicação n.º 480/2013; Indicação n.º 513/2013; Indicação n.º 525/2013; Indicação n.º 544/2013; Indicação n.º 546/2013; Indicação n.º 547/2013; Indicação n.º 595/2013; Indicação n.º 426/2013; Indicação n.º 434/2013; Indicação n.º 436/2013; Indicação n.º 449/2013; Indicação n.º 476/2013; Indicação n.º 498/2013; Indicação n.º 499/2013; Indicação n.º 509/2013; Indicação n.º 545/2013; Indicação n.º 540/2013,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Telegrama referência nº. 000856/2013, datado de 02 de agosto do corrente, subscrito pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se); Ofício nº. 193220, de 2013, datado de 1º de agosto do corrente, subscrito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se); Ofício SINSEP nº 166/2013, datado de 06 de agosto do corrente, subscrito pelo Presidente do SINSEP – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mogi Mirim, Sr. Antonio Maciel de Oliveira, “respondendo ao Ofício nº 152/2013, desta Casa de Leis”; (arquite-se, após dar ciência ao Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscitos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que abordou o assunto da planilha, que deu base ao reajuste da tarifa de ônibus urbanos. Relatou que havia solicitado cópia da planilha de cálculo da tarifa dos ônibus urbanos da Viação Santa Cruz em janeiro do corrente ano; que, durante seis meses, vinha percorrendo vários caminhos para consegui-la, tais como via Delegacia de Polícia e via Ministério Público, e que, por fim, ela havia chegado às suas mãos. Salientou que já no primeiro momento de estudo sobre a planilha, havia deparado com discrepâncias nos cálculos da passagem e que, também havia se deparado com um hollerith da Viação Máxima, setor de manutenção, que nada tinha a ver com a concessionária de Mogi Mirim, a Viação Santa Cruz. A Vereadora relatou que verificara ainda, outros dois documentos, referente aos salários de funcionários, estes da Viação Nasser, e que, comparados todos os holleriths, surgia uma discrepância de valores muito grande. A Edil do PSB prosseguiu, explicando, em relação aos ônibus e micro-ônibus,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que a Viação havia nivelado todos os veículos, como se todos tivessem o mesmo tempo de compra e rodagem, quando os micro-ônibus eram de 2008. A Vereadora Luzia C. C. Nogueira afirmou que havia levantado quatro fraudes distintas na questão da planilha: a questão do salário-base do pessoal da manutenção, os holleriths, onde havia discrepância de valores salariais; a taxa de depreciação dos micro-ônibus, a taxa de remuneração dos micro-ônibus e a quilometragem mensal. A Vereadora também fez menção ao Sr. Wilson Rogério da Silva, Secretário Municipal de Obras e Planejamento, que juntou ao processo um documento de sua assinatura, afirmando que os dados de quilometragem e o número de passageiros, fornecida pela Viação Santa Cruz, eram corretos, algo que não poderia ter afirmado, pois não havia feito parte dos quadros da Prefeitura Municipal, durante a gestão Carlos Nelson Bueno. “Na época de Carlos Nelson Bueno, já nos informamos disso e sabemos que não houve controle algum e tudo isso nós levantamos através da planilha, logo, se algum colega quiser analisar, os papéis estão à disposição, e tudo isto não nos levou a outra saída a não ser pedir a abertura de uma sindicância, porque o assunto é sério”, declarou, para encerrar, a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que abordou o assunto da merenda escolar. Mencionou trecho de notícia de jornal, esta datada de 31 de julho de 2013, assim redigida: “...ano passado, cada sessão na Câmara de Vereadores era marcada por veementes críticas à merenda. Resta ver se o silêncio vai continuar agora que o problema continua na mesma”. A Vereadora criticou a nota e lembrou a existência de uma Comissão Especial de Vereadores, criada para acompanhamento da licitação da merenda, afirmando que várias reuniões haviam sido feitas entre a Comissão e funcionários da Prefeitura, explicando ainda, que era impossível, no momento, a municipalização da merenda, haja vista a elevada multa por quebra de contrato com o atual fornecedor. “O fato de eu ser situação não significa que sou alienada aos problemas de Mogi Mirim,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque não sou, sou Vereadora”, frisou a Edil. Explicou que havia proposto a formação da comissão, justamente para averiguação de todo o processo da merenda; que um dos atos da comissão havia sido não permitir o prazo de cinco anos de contrato na licitação; que a nova licitação teria o prazo de um ano, prorrogável, no máximo, por mais um ano; que havia grande intenção de se municipalizar a merenda, porque era vergonhoso o valor gasto com sua terceirização; que era impossível, por questões contratuais, retirar a atual empresa fornecedora da merenda, mas que seu contrato iria se findar no mês de setembro vindouro, quando se abriria a nova licitação; que, desta vez, os Vereadores teriam condições de opinar durante o processo licitatório e perguntou se todas estas disposições não refletiam o árduo trabalho da Câmara. “Quem está sendo omissa aqui?”, inquiriu a Edil do PR, ao mesmo tempo em que recordou a todos, que a luta pela qualidade da merenda era sua bandeira desde 2009, ao passo que a Promotora de Justiça havia decidido abrir inquérito sobre o assunto apenas em 2012, justamente durante o período eleitoral. “Se a Câmara passada não aprovou a CPI, o que posso fazer?”, perguntou. A Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti recordou ainda, que havia proposto abertura de Comissão Processante no início do corrente exercício, mas que os atuais Vereadores não haviam concordado e que, se ao contrário, a Comissão estivesse instituída, a empresa estaria sendo averiguada pela Casa, que teria plenos poderes de investigação. “Não quiseram abrir a CPI e os Vereadores que chegaram neste ano, não quiseram nem ler o relatório da merenda escolar, sendo que se trata da mesma empresa que hoje está aí”, salientou. Para finalizar, a Edil disse que prosseguiria seu trabalho, acompanhando a qualidade da merenda, através da fiscalização diária na escola onde ministrava aulas, bem como acompanharia o andamento da nova licitação, lembrando também, que havia visitado o atual Promotor de Justiça, solicitando dele uma atuação em cima da questão da merenda, e que lhe remeteria, como subsídio para seu trabalho, todos os documentos que detinha. “Não entendo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

então, onde está o silêncio que foi colocado pela nota do jornal”, pontuou, encerrando o seu discurso. Como o próximo orador inscrito, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que comentou a fala da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, dizendo que concordava com ela em tese, porque, de fato, a Vereadora havia se esforçado e acompanhado todo o processo da sindicância da merenda escolar. Todavia, discordava da pecha de que os Vereadores haviam sido omissos e de que não haviam tido vontade de ler os relatórios da comissão e dela participarem. “A Vereadora pediu a abertura da sindicância, desejando que outro Vereador fosse o presidente”, narrou. Afirmou que não era omissos, que se empenhava em aprender, que a Vereadora Márcia, por sua vez, era grande conhecedora de todo o processo da merenda escolar, haja vista sua profissão, a de professora, e que, ele não fazia politicagem com seu mandato, mas estava sim, preocupado com a prática de sua vereança durante os quatro anos. A seguir, dirigiu o foco de seu discurso para a Feira Noturna de Martim Francisco, inaugurada na última sexta-feira, dizendo que não havia indicado sua implantação, mas que estava muito satisfeito com essa conquista para o Distrito, citando, igualmente, nota de internet, via Facebook, que dizia que o Vereador Cinoê Duzo havia feito tal indicação ao Executivo. “Estou contente, não importa quem indicou, importa é que aconteceu”, frisou. A seguir, comentou requerimento de sua autoria, reiterando o solicitado no Requerimento nº 216/2013, sobre a criação do Código de Obras, descrito no Plano Diretor de Desenvolvimento de Mogi Mirim, em seu artigo 289. “Isto envolve muitas diretrizes do Município, principalmente Sol Nascente e Chácaras São Francisco e é necessário o esclarecimento de quando será criado o código, haja vista que a lei que o determina data de 2008”, destacou, concluindo sua fala. Como os próximos inscritos, Vereadores Dayane Amaro Costa e Leonardo David Zaniboni, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Luís Roberto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Tavares. Este iniciou, comentando as várias indicações que havia apresentado, a maioria delas, sugerindo ao Prefeito a inclusão de itens no Plano Plurianual, objetivando a realização de futuros investimentos na zona leste e evitando também o acréscimo posterior de emendas. Como exemplo, citou a inclusão de um projeto para construção de uma ponte sobre a linha férrea, unindo a Rua Francisco Dias Reis, na parte da Vila Dias, à parte da Rua do Mirante; um projeto para reforma do Complexo Esportivo Maria Paula Bueno, localizado na Vila Dias; a construção de uma nova galeria de águas pluviais, na Avenida Expedito Quartieri, nos arredores das Ruas Cuba e Aristides Gurjão; a construção de uma nova galeria de escoamento de águas pluviais, na parte baixa dos Jardins Sberghen I e II e a implantação de serviços de infraestrutura, para o Parque das Laranjeiras, já objetivando sua regularização no ano vindouro. Depois, versou acerca do Livro de Protocolo de Proposições da Câmara Municipal de Mogi Mirim, dizendo que o alfarrábio não era respeitado, especificamente, falando a respeito da Vereadora Daniela Dalben Mota, que havia encaminhado, via requerimento, minuta de projeto de lei, que versava a respeito da área da enfermagem, assunto objeto de duplo registro no livro. “Na segunda-feira passada, eu não quis ficar em ‘saia justa’ com ninguém, mas existe um protocolo de proposições, um livro, que precisa ser respeitado e, neste ano, eu protocolei neste livro de registros o pedido de jornada de trinta horas, para a enfermagem, em Mogi Mirim, e coloquei moção e o projeto, o qual estava sendo estudado, mas ocorreu que o projeto foi encaminhado na última sessão, via requerimento de outro Vereador, mesmo eu pedindo e explicando que havia protocolado anteriormente”, aclarou o Vereador do PSDB. O Vereador solicitou ao Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, que orientasse os Vereadores e definisse uma posição sobre o caso, para evitar constrangimentos futuros. “De qualquer forma, eu vou continuar respeitando todos vocês, apenas gostaria de ser respeitado também e de dizer que a minha luta em prol dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

profissionais da enfermagem continua, porque eu estive em Brasília, acompanhando-os; estive com eles em audiência na ALESP – Assembleia Legislativa Estadual, fiz Moção de Apoio ao Projeto de Lei nº 285/2000, em trâmite nas esferas estaduais e, logicamente, a falta de respeito ao protocolo vai refletir, futuramente, em algumas de nossas atitudes, haja vista a existência de um código de ética entre nós”, discorreu, finalizando. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, que usou da palavra para defender a colega Vereadora Daniela Dalben Mota, explicando que a Vereadora também tinha sido Diretora Municipal de Saúde, na gestão Carlos Nelson Bueno; que desde aquela época, ela já havia se posicionado pela jornada de trinta horas semanais para os profissionais da enfermagem; que ela tinha um projeto com as enfermeiras; que ela havia levado tal projeto ao Prefeito, solicitando dele que o efetivasse; que ela não havia tido a intenção de atropelar ninguém; que a questão do livro fora um descuido, que ela não tinha agido de má fé, certamente, e que ele, Vereador, pedia desculpas, em nome da Vereadora Daniela Dalben Mota. Ato contínuo, mudou o assunto de seu discurso, afirmando que se encontrava muito feliz, porque havia ganho, por sete votos a zero, nos tribunais superiores de São Paulo, a apelação de seu processo de cassação, o qual já havia sido julgado improcedente na instância local, pela Juíza de Direito. “Acho que ganhei a minha terceira eleição, diante das pessoas ruins, os incompetentes que nunca nada fazem e que torciam para que eu caísse, fosse cassado e perdesse o meu mandato”, declarou. “Quero dizer também, que este Vereador não depende de meia boca de incompetentes para sobreviver, porque vai aos bairros, à periferia e pretende continuar seu trabalho”, colocou. O Vereador Laércio Pires, reportando-se a respeito de um dos discursos proferidos na última sessão de Câmara, disse que a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, ao usar a tribuna, não havia tido intenção de ofender os Guardas Municipais presentes, mas que, infelizmente, os ofendera e, em sua opinião, a colocação da Edil do PSDB não havia sido



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

bem vista por tais profissionais. “O Presidente da Câmara continuará dando segurança para esta Casa de Leis, vamos aprender a respeitar o Livro de Proposituras e, quanto ao caso da sugestão da implantação da Feira Noturna, seja em Mogi Mirim, ou no Distrito de Martim Francisco, ora, todos nós sabemos que foi iniciativa de Valdir Biazotto, Secretário Municipal de Meio Ambiente, abraçada pelo Prefeito Gustavo Stupp, a qual se expandirá ainda mais, como grande sucesso que é; os videntes é que pegam algo no ar”, declarou, encerrando sua fala. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luís Antonio Guarnieri que, desde logo, disse de sua satisfação pelo final do impasse que havia entre o empresário e jogador Rivaldo e a Igreja Católica local, no tocante à Igreja de Nossa Senhora do Carmo. “Houve um acerto entre as partes – a Igreja e o empresário Rivaldo – o impasse foi resolvido e vamos caminhar para frente”, destacou. Depois, o Vereador teceu comentários a respeito de duas indicações que apresentara, através das quais sugeriu melhoras para as Rodovias André Franco Montoro e dos Trabalhadores, esta última, principalmente, no trecho compreendido entre os bairros rurais Bocaina e Piteiras. “Tais estradas estão razoáveis, mas precisam de pintura, sinalização de solo, placas e acostamento”, ponderou. Prosseguindo, o Vereador discorreu a respeito da educação, de modo geral, afirmando que, sob sua ótica, o problema da educação não era falta de dinheiro, mas sim, falta de administração e, para provar sua tese, leu trechos de artigo, assinado pelo ex-ministro Maílson da Nóbrega, publicado na Revista Veja, edição de 24/07/2013, assim redigido: “O problema da educação não é falta de dinheiro. (...) Na década de 1950, no Brasil, eram investidos 1,4% do PIB em educação. Hoje atingem 5,8% do PIB. A educação fundamental foi universalizada na década de 1990, um século e meio depois dos Estados Unidos e quase meio século depois da Coreia do Sul. (...) Mais que verbas, é urgente uma completa revisão das instituições educativas vigentes. A começar pela reeducação dos educadores, que na maioria das vezes, ignoram o que estão a ensinar. (...) A



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

educação brasileira precisa de uma revolução gerencial e de prioridades, inclusive para gastar melhor os recursos disponíveis”. Seguindo o mesmo raciocínio do artigo, o Vereador comentou nota do jornal A Comarca, edição do último final de semana, que trazia informações de que o grau de escolaridade do jovem mogimiriano não havia avançado, o que, na opinião do nobre Edil, era um reflexo do quadro geral vivido no Brasil. “Os números do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) noticiados pelos jornais, demonstram que estamos muito próximos da média nacional, mas se levarmos em consideração o nosso Estado, São Paulo, significa que a educação vai mal na cidade, portanto, deixo o meu alerta e penso que precisamos sentar, discutir e encontrar soluções”, declarou, concluindo seu discurso. Como os próximos inscitos, Vereadores Daniel Gasparini Filho e Osvaldo Aparecido Quaglio, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Jorge Setoguchi, que se reportou à Festa do Bom Jesus, realizada na zona rural, no Bairro Gabrielzinho, no último final de semana, comentando que fora bem organizada e que transcorreria com tranquilidade. “Sentimos a ausência da Guarda Municipal no sábado, mas, no domingo, a Guarda compareceu, e também quero deixar meus parabéns à comissão organizadora, pois tudo transcorreu muito bem”. Para finalizar, o Vereador destacou requerimento que apresentara, solicitando para o órgão competente da municipalidade, fosse feita a análise da água da bica da Rua da Penha, para averiguação das condições de consumo, porque a fonte era utilizada por boa parte da população. O próximo orador a fazer uso da palavra foi o Vereador Cinoê Duzo que, desde logo, solicitou fosse guardado um respeitoso Minuto de Silêncio pelo falecimento dos pilotos aviadores da Esquadria da Fumaça, da Força Aérea Brasileira, mortos na presente data, em virtude de desastre aéreo. O Presidente determinou o cumprimento do solicitado, por um minuto, e posto isto, o Vereador retomou o uso da palavra, ainda no seu tempo regimental. O Edil utilizou o restante do tempo para versar sobre as necessidades do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Complexo Lavapés, principalmente, no tocante ao desassoreamento do Lago do Lavapés, que mais uma vez seria adiado pela administração, haja vista a construção de uma nova Unidade Básica de Saúde – UBS. O Vereador também criticou a administração municipal na questão da sustentabilidade, afirmando que Mogi Mirim era sustentável apenas no slogan, apenas no nome, e perguntou quais razões existiam para que a cidade fizesse jus ao título de “Cidade Sustentável”. “Jamais deixarei de defender a área do Complexo Lavapés, para que o local seja o nosso cartão postal, e espero que o governo municipal faça valer o slogan de “Cidade Sustentável” para Mogi Mirim, através de ações concretas”, disse, concluindo sua participação. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que replicou a fala de seu antecessor, afirmando que o Prefeito Municipal estava realizando as reuniões do “Transparência Mogi”, programa para discussão de prioridades de investimentos, e que, não havia notado a presença do Vereador Cinoê Duzo em qualquer reunião realizada, mais precisamente, a última, feita no SEHAC, quando haviam sido debatidos, justamente, os temas de sustentabilidade. “Não vi o Vereador Cinoê Duzo, que deve ter tido compromissos agendados, mas na última sexta-feira, no SEHAC, na reunião, presentes vários colegas Vereadores, o assunto debatido pelo Prefeito foi sobre a cidade se tornar sustentável”, aclarou. O Vereador lembrou, que à época do Prefeito Carlos Nelson Bueno, ele havia remetido minuta de projeto de sustentabilidade à administração, todavia, não sendo atendido, e que, pretendia repetir o envio nesta legislatura, mas, como, em breve, a Casa receberia vários projetos, oriundos do Executivo, tratando da questão da sustentabilidade, tais como, descarte de aparelhos domésticos, descarte de pilhas e óleo de cozinha, este último, uma bandeira do PMDB desde 2008, ele, Vereador João Antonio Gonçalves, havia mudado de ideia, preferindo aguardar a chegada da matéria, oriunda do Executivo. “E o nobre Vereador Cinoê Duzo poderá chegar aqui e dizer que Mogi Mirim é, de fato, uma cidade



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sustentável e digo mais, digo que foi acatada outra minuta de projeto, que apresentei, um benefício que será executado até meados do ano que vem, 2014, e apenas posso adiantar que será uma grande obra para a zona norte e quem ganhará com isso será a população”, explanou, em derradeiro, o Vereador do PMDB. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Daniela Dalben Mota, que assumiu a tribuna para um desabafo. Disse que estava na Câmara há apenas três meses, mas confessava que, neste curto prazo, havia tido momentos em que pensara em desistir, em virtude de ocasiões que a haviam deixado triste, levando-a a questionar, igualmente, qual era o real papel do Vereador. Falou que havia presenciado brigas e discussões; que muitas vezes havia percebido apenas a preocupação com o ‘eu’, com o pessoal, a preocupação consigo próprio, na frente da preocupação com a população e suas necessidades; que entendia a preocupação do político com o voto e o interesse numa reeleição, mas destacou que a vaidade estava exacerbada. Lembrou-se de uma indisposição ocorrida no início de seu mandato, com a Vereadora Dayane Amaro Costa, por questões de rampas de acessibilidade, recordando a todos, que ambas haviam dialogado, colocado as preocupações e que, atualmente, estavam de mãos dadas e trabalhavam numa parceria em prol da mesma bandeira, que era a da acessibilidade. Relatou que era profissional da área da saúde desde 1995; que sempre lutara pela saúde na cidade; que era fã do Sistema Único de Saúde – SUS, porque sempre batalhava pela construção de uma saúde melhor; que desconhecia, completamente, a propositura do Vereador Luís Roberto Tavares; que ficara feliz em saber que outros lutavam pela mesma causa, que não se empenhara em nível nacional, como ele fizera, mas que observara a brecha para melhoria das condições de trabalho dos profissionais da enfermagem, em nível municipal, portanto, havia apresentado a minuta de projeto, porque, realmente, a jornada atual era deveras desgastante, mas que, por outro lado, nunca havia tido a intenção de passar à frente de nenhum Vereador. “Ocorreu, que surgiu a oportunidade de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

apresentar um projeto, que já estava pronto há muito, e eu o apresentei; eu não quis roubar a ideia do Vereador e até o convidei para assinar comigo, porque ele poderia, tranquilamente, participar conosco na proposição, mas declinou e, enfim, vamos torcer para que o Prefeito assine o projeto e propicie melhores condições às enfermeiras da cidade”, deslindou a Edil, encerrando sua fala. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto, que ocupou a tribuna para responder ao Vereador Luís Roberto Tavares, quanto à indagação a respeito do Livro de Registro de Proposituras da Câmara de Mogi Mirim. O Vereador e também Presidente disse que havia um “acordo de cavalheiros”, ou seja, um acordo que se baseava somente na palavra das partes, que a ideia seria daquele que primeiro fizesse o registro no tal livro, mas que, infelizmente, o acordo não estava sendo respeitado. Como providência, então, o Vereador e Presidente se propunha a agendar reunião com a Mesa e com os demais Vereadores, para normatizar a situação, regulamentando-a e, se necessário, por Ato da Mesa. “Pensei que isso não seria necessário, mas vejo que é, portanto, nós todos vamos discutir exaustivamente a questão e saná-la, dirimindo as dúvidas futuras”, aclarou. Com relação à crítica do Vereador Cinoê Duzo, de que Mogi Mirim era uma cidade sustentável apenas no slogan de marketing do Prefeito, o Vereador Benedito do Couto lembrou que também ele fizera indicações ao Prefeito sobre o assunto, encaminhando-lhe uma minuta de projeto de lei e que, encontrava-se feliz, porque havia percebido que a administração estava, realmente, empenhada em tornar Mogi Mirim uma cidade sustentável. “A transformação não se dará de um dia para o outro, mas gradativamente, e veremos nossa cidade sustentável como desejamos”, disse, concluindo sua participação. A seguir, fez uso da palavra, como Líder, o Vereador Waldemar Marcurio



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Filho, para também discorrer a respeito do Livro de Registro de Proposituras da Câmara de Mogi Mirim, frisando que havia sido o primeiro a ser prejudicado com a questão, recordando que no primeiro dia de janeiro, logo após a Sessão Solene de Posse dos Vereadores, o Vereador Marcos Bento de Godoy – o Marquinhos da Farmácia, atual Subprefeito do Distrito de Martim Francisco, havia se apoderado do livro, registrando tudo o que fosse possível para o distrito, reduto eleitoral dividido com o Vereador orador. “Ele não me deixou nada, algo que eu pudesse indicar para Martim Francisco, nem um “a”, e minha picuinha com ele se iniciou depois disso”, frisou. Declarou que havia buscado recursos de emendas parlamentares nas esferas federal e estadual; que o livro já havia criado inúmeras indisposições; que ele mesmo já tinha retirado indicações suas, que já estavam registradas, evitando a duplicidade, mas que nem todos assim agiam; que também estava desabafando seu desagrado com a situação e que, aguardava pela normatização que viria. “Eu consegui o recurso para a ampliação da creche, mas, no livro, o registro da indicação era dele, do Marquinhos da Farmácia, logo, fiquei sem saída, e eu pergunto como fazer, já que ‘o papagaio come o milho, mas foi o periquito quem levou a fama’?”, colocou. Por fim, disse que concordava com a Vereadora Daniela Dalben, de que havia envolvida, realmente, a questão do ego pessoal, e afirmou que esperaria pelo resultado da reunião e pelo Ato da Mesa. “Devemos reavaliar a situação e almejar uma forma de não criarmos indisposição entre nós, Vereadores, coisa que o livro está criando, e eu faço questão que o Presidente tome, de fato, uma posição eficaz, porque a ética e o respeito são fundamentais”, explanou, encerrando. A seguir, fez uso da palavra, como Líder, o Vereador Cinoê Duzo, que também falou sobre o do Livro de Registro de Proposituras da Câmara de Mogi Mirim, trazendo a sua sugestão. “Eu acredito que a polêmica do livro poderia ser solucionada num conversa informal e ele poderia ser digitalizado, encerando com o livro papel, ou fazermos, diretamente, de forma virtual, através de um sistema de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

informática, que acuse a duplicidade de proposituras”, sugeri. Em relação ao Distrito de Martim Francisco, o Vereador disse que defendia Martim Francisco há muito tempo, porque lecionava no distrito há vinte anos, e que todas as benfeitorias alcançadas para o local, tais como a Feira Livre, eram bem-vindas por ele, porque acrescentavam melhorias àquela população. Também solicitou a palavra, como Líder, Artigo 98 do Regimento Interno, o Vereador Leonardo David Zaniboni, passando a mesma à sua liderada, Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que também versou a respeito do Livro de Registro de Proposituras da Câmara de Mogi Mirim, dizendo que o mesmo era arcaico e antigo e que, sob sua ótica, não havia necessidade de normatização, haja vista que o que tinha verdadeira validade era o protocolo junto à Secretaria da Câmara. Afirmou que, com coleguismo, estava ajudando a Vereadora Daniela Dalben Mota a se adaptar, dando-lhe apoio; que o Vereador Luís Roberto Tavares tinha apenas registrado “30 horas” no livro, sem especificar do que se tratava; que ele havia apresentado uma moção de repúdio sobre o assunto no mês de maio do corrente, fazendo uso do registro efetuado em abril; que a Vereadora Daniela havia encaminhado minuta de projeto de lei, algo totalmente diferente de moção, e que, a obrigação da informação, no caso de um duplo registro, cabia à Secretaria da Câmara. “A Vereadora Daniela Dalben Mota não se enganou e nada fez de errado, não desfez nenhuma regra do que estava ocorrendo na Casa e eu achei até benéfico, para que os Vereadores percebam, que quem tem que se posicionar é a Secretaria da Câmara, que deve orientar a pesquisa do Vereador, estabelecendo se aquela matéria já foi abordada por outro Edil, ou não, evitando, assim, o duplo registro”, aclarou a Vereadora Márcia Róttoli, concluindo sua fala. Também solicitou a palavra, como Líder, Artigo 98 do RI, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, passando a mesma ao seu liderado, Vereador Luís Roberto Tavares, que replicou as palavras da Edil Márcia Róttoli Masotti. “Na realidade, não fiz moção de repúdio, mas de apoio ao Projeto de Lei nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

2295/2000, que está estacionado no Congresso Nacional e que pede a jornada de trinta horas para os profissionais do setor de enfermagem”, explicou o Edil. “Verdadeiramente, todos têm razão, inclusive a Vereadora Daniela Dalben, mas apenas ressalto que havia um acordo e eu fiz tudo certo, registrei ‘projeto de jornada de trinta horas, via lei municipal’, como se deve fazer aqui, chamei a assessoria da Vereadora e, isto, para mim, são ‘águas passadas’, todavia, trata-se sempre da mesma história: estou aqui há oito anos, respeito a todos, mas sempre sou acuado aqui, e não compro a briga, porque penso que temos coisas mais importantes para fazer”, desabafou, para finalizar, o Vereador do PSDB. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 21h03, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO**: “**ex-vi**” do disposto no §1º, inciso I do **Artigo 171 do Regimento Interno**: 1. Projeto de Lei nº 53, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dando denominação a Estradas Rurais que especifica”. Juntamente com emendas da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 53/2013, do Prefeito de Mogi Mirim e emendas); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); “**ex-vi**” do disposto no §1º, III, “**d**”, do **Artigo 171 do Regimento Interno**: 2. Projeto de Lei nº 59, de 2013, de autoria da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros, “dando denominação a MMR-302, localizada no Bairro Morro Vermelho, de MMR “ALEXANDRE POLETTINI”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Para discutir a matéria, fez uso da palavra o Vereador Luís



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Roberto Tavares, que explicou que o projeto em tela já havia sido adiado por duas vezes. Relatou que o projeto havia sido modificado pela comissão, para adequar-se à maneira como acreditava deveria ser; que grande problema advinha de uma lei de 1998, que havia denominado uma estrada vicinal com o nome de “Alexandre Poletini”, mas que acusava outra estrada, distinta, como se fosse a tal denominada, o que havia causado grande confusão, que o projeto buscava corrigir tal denominação e que, uma última reunião havia sido realizada entre a Comissão de Denominação de Vias e Logradouros, com os membros do Conselho de Segurança – CONSEG, com os representantes da zona rural e Polícia Militar, porque existia grande necessidade de se denominar as vias vicinais do Município, em virtude de problemas de localização, segurança e atendimento de emergência da Polícia Militar, razão pela qual solicitava a aprovação da matéria. “Dizem que os Vereadores nada mais têm para fazer do que conceder nomes de ruas, mas é muito importante decidir esta matéria, principalmente em relação às estradas rurais, porque já foram roubados doze tratores e um caminhão, no último ano, e a Polícia Militar precisa dos nomes das estradas vicinais para se localizar na zona rural e atender aos chamados e ainda, peço que o Prefeito sancione rapidamente a lei e mande confeccionar as placas de denominação”, concluiu. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, para explicar os motivos pelos quais pedira o adiamento. “Pedi o adiamento, mas vi que, mesmo assim, não foi possível sanar o erro existente no projeto, então, nós vamos ter que votá-lo da forma como está, porque se encontra em trâmite desde 2010, logo, faz três anos que está na Prefeitura; faz três anos que a Polícia Militar não encontra endereços na zona rural, faz três anos que roubos são feitos na zona rural e faz três anos que estamos parados, sem dar denominações às estradas”, aclarou. Explicou que no mapa das estradas rurais do Município, a MMR 302 constava como “Alexandre Poletini”; que, uma lei, de 1998, regulamentava tal denominação, todavia, estabelecida de forma errônea,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque a estrada deveria ser a MMR 305, onde a família Polettini residia há muito tempo e a estrada já era assim chamada pelos seus moradores. “Eu não conheço os moradores, mas o que ocorreu – algo que não acho correto – foi que chamaram minha assessora e não o Vereador para uma reunião, onde aparentemente foi colocado que a Vereadora Márcia Róttoli Masotti estava defendendo os pequenos moradores, os quais já disse desconhecer, em detrimento da zona rural, como um todo”, relatou. “Eu liguei para o Presidente do Conselho de Segurança e lhe expliquei que existiam duas mensagens para o mesmo projeto, uma delas, do Prefeito, estabelecendo a MMR 305 como “Alexandre Polettini”, e a outra, da Comissão de Denominações, estabelecendo tal denominação à MMR 302, e foi quando, então, o Presidente do CONSEG me elucidou que havia a lei de 1998, que tinha regulamentado a estrada, a MMR, mas não havia colocado o número ‘302’, portanto, em meu entendimento, não havia nem razão de um projeto de lei, dando o nome de “Alexandre Polettini”, mas sim, deveria ter sido apresentado um projeto de Emenda Aditiva àquela lei, de 1998, colocando o nº ‘302’, porém, para não deixarmos o processo parado e para não acreditarem que a Vereadora Márcia Masotti quer que a zona rural inteira estacione, nós vamos votar favoráveis”, declarou a Edil do PR, finalizando seu discurso; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 59/2013, da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); 3. Projeto de Lei nº 81, de 2013, de autoria do Vereador Waldemar Marcurio Filho, “dando denominação à Rua “17”, situada no Residencial Floresta, de RUA JOÃO RAMPAZIO”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos, em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 81/2013, do Vereador Waldemar Marcurio Filho); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); 4. Projeto de Lei nº 86, de 2013, de autoria da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, “dando denominação à Estrada da Servidão,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

localizada no Bairro Cachoeira, de ESTRADA MARCO ANTONIO FRANCO DE CAMPOS”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 86/2013, da Vereadora Márcia Róttoli Masotti); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 5. Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2013, de iniciativa do Vereador Waldemar Marcurio Filho e outros, “concedendo o Título de *“Cidadã Mogimiriana”* à Professora NIDIA CARMEM NANNETTE DOS SANTOS ADORNO”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 12/2013, do Vereador Waldemar Marcurio Filho); (ao Presidente da Câmara para promulgar, conforme Artigo 18, I, “i”; IV, “g” do Regimento Interno); 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2013, de iniciativa da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira e outros, “concedendo o Título de *“Cidadão Mogimiriano”* ao Senhor ADILSON FRANÇA SAMPAIO”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 15/2013, da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira); (ao Presidente da Câmara para promulgar, conforme Artigo 18, I, “i”; IV, “g” do Regimento Interno); 7. Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2013, de iniciativa da Vereadora Dayane Amaro Costa e outros, “concedendo o Título de *“Cidadão Mogimiriano”* ao Jornalista PAULO HENRIQUE TENÓRIO”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 16/2013, da Vereadora Dayane Amaro Costa); (ao Presidente da Câmara para promulgar, conforme Artigo 18, I, “i”; IV, “g” do Regimento Interno); 8. Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2013, de iniciativa do Vereador Cinoê Duzo e outros, “concedendo o Título de *“Cidadão Mogimiriano”* ao Senhor FILOMENO MACHADO LESSA”. Parecer da Comissão de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Justiça e Redação; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 17/2013, do Vereador Cinoê Duzo); (ao Presidente da Câmara para promulgar, conforme Artigo 18, I, “i”; IV, “g” do Regimento Interno); 9. Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 213, de iniciativa do Vereador Luís Antônio Guarnieri e outros, “concedendo o Título de *“Cidadão Mogimiriano”* ao Professor BENJAMIN QUINTINO DA SILVA”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 18/2013, do Vereador Luís Antonio Guarnieri); (ao Presidente da Câmara para promulgar, conforme Artigo 18, I, “i”; IV, “g” do Regimento Interno); **“ex-vi” do disposto no §2º, I do Artigo 171 do Regimento Interno**: 10. REQUERIMENTO nº 519/13, de iniciativa da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “requerendo a presença da Senhora Andreia Abbiati, Secretária de Educação do Município, para prestar informações a respeito da avaliação do IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal”. Para discussão a pedido da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, fez esta o uso da palavra, para explicar que o índice em tela era referente ao ano de 2010, quando a Secretaria Municipal de Educação nem havia sido instituída e, tampouco, era diretora a senhora Andreia Abbiatti, que, aliás, não ocupava mais o cargo de Secretária Municipal de Educação, desligada dos quadros da Prefeitura, exercendo, atualmente, cargo na Delegacia Regional de Ensino e que, o correto seria convocar o gestor de educação da administração passada, pois este sim poderia conceder as explicações solicitadas pela Vereadora Maria Helena Scudeler. “Já disse nesta Casa, que Mogi Mirim não está entre as melhores cidades do Estado, em relação ao IDHM, porque na gestão Paulo Silva, a cidade ocupava o octogésimo quinto lugar no ranking do Estado; na gestão Carlos Nelson, este índice caiu para a quadragésima vigésima posição, depois uma recuperação para o quadragésimo vigésimo lugar e,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atualmente, ocupa o ducentésimo trigésimo primeiro lugar, entre as cidades do Estado de São Paulo, portanto, ainda nos falta muito, para retornarmos ao índice de 1999/2000”, colocou a Vereadora e, para finalizar, dadas as explicações, solicitou a rejeição do requerimento. Para replicar, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, para informar que alguns dos critérios de seleção para que Mogi Mirim ocupasse o centésimo lugar no IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal eram a expectativa de vida, porque o povo de Mogi Mirim apresentava uma longevidade muito grande; a renda per capita, que havia crescido no Município, em virtude do Programa Federal Bolsa Família; e a educação. “Portanto, não sei quem eu deveria chamar para dar explicações a não ser a Secretária, para nos dizer o que ocorreu”, colocou a Edil. “Certamente, a Secretária estaria preparada para nos dar explicações, até mesmo sobre a administração anterior, porque a discussão deste assunto – educação – é que nos faz bons Vereadores, mas se os nobres colegas desejarem rejeitar o requerimento, que o rejeitem”, frisou a Vereadora do PSDB, para concluir sua participação. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luís Antonio Guarnieri, que destacou que toda a informação, ou esclarecimento, que surgisse para enriquecer a discussão sobre as causas do problema do baixo índice educacional do Município era vista como benéfica. “Tudo o que vier nos enriquecer, em informação, é benéfico, para entendermos as causas do efeito”, concluiu o Edil, afirmando que votaria favoravelmente ao requerimento; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por treze (13) votos favoráveis a três (03) contrários, o Requerimento nº 519/2013, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros); (oficie-se como requer); **“ex-vi” do disposto no §2º, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 11. Parecer nº 33, de 2013, da Comissão de Finanças e Orçamento, ao Processo nº 147/13, referente ao Balancete Mensal da Receita e Despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, referente ao mês de junho de 2013; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

unanimemente, o Projeto de Lei nº 86/2013, da Vereadora Márcia Róttoli Masotti); (acolhido o parecer, archive-se o processado); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 12.** Projeto de Lei nº 75, de 2013, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dispondo sobre o funcionamento de semáforos, no período compreendido entre às 22h30 e 5 horas, no Município de Mogi Mirim”; (submetido a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 75/2013, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à sanção do Sr. Prefeito de Mogi Mirim); 13. Projeto de Lei nº 78, de 2013, de autoria da Vereadora Daniela Dalben Mota, “instituinto a Semana do Autista no Calendário Oficial do Município de Mogi Mirim e dando outras providências”; (colocado a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 78/2013, da Vereadora Daniela Dalben Mota); (à sanção do Sr. Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). A primeira oradora a fazer uso da palavra foi a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que retornou à discussão do Requerimento nº 519/2013, dizendo que respeitava a decisão da maioria, mas que não via necessidade da convocação da ex-secretária municipal de educação à Câmara e que, ao invés disso, explicações deveriam ser solicitadas para esclarecimento de uma resposta a um seu requerimento. “Fiz requerimento, solicitando a listagem dos educadores que haviam participado de cursos, em 2012, pela Prefeitura, para que transmitissem os seus conhecimentos, e fiquei intrigada, porque, segundo a listagem enviada, o curso foi feito por seis pessoas ao valor de quatro mil reais/mês, de agosto a dezembro de 2012, e eu não entendo como pode, ao custo de quatro mil reais/mês, de agosto a dezembro de 2012, o curso ter sido pago somente para esses funcionários comissionados”, declarou. “Estes



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

funcionários têm que passar o conhecimento adquirido para os demais professores da rede, portanto, eu vou requerer que isto seja feito, porque são cursos de interesse de todos os professores da rede e os comissionados da administração passada têm tal obrigação”, completou. Em relação à merenda escolar, a Edil destacou que estava mais tranquila na atual gestão, porque tinha acesso a toda documentação relativa, e também porque a professora Sílvia Teixeira, irmã do ex-vereador João Luís Teixeira, que, na gestão anterior, havia acompanhado todo o processo de apuração do desvio da merenda, agora estava observando e fiscalizando tudo de perto. “Estamos com pessoas que realmente entendem e que sabem o expediente interno da cozinha e, mesmo assim, eu tenho acompanhado, diariamente, a qualidade da merenda e os seus cardápios, se eles estão adequados às crianças das unidades escolares do Município”, relatou, finalizando sua fala. Como a próxima inscrita, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Waldemar Marcurio Filho. Este iniciou, fazendo um desabafo contra nota publicada na imprensa da cidade, emitida pelo Subprefeito do Distrito de Martim Francisco, Vereador licenciado Marcos Bento Alves de Godoy. “Ele deu nota à imprensa, alegando que está mudando o Distrito de Martim Francisco, mas eu acredito que dar uma pintura no prédio da subprefeitura não seja algo tão difícil assim e ele se esquece de que fiz várias indicações, diretamente junto ao Poder Executivo, e também com Valdir Biazotto, mas não, ele é ‘o cara’ que está, sozinho, mudando Martim Francisco!”, desabafou o Vereador do PT. Lembrou que o subprefeito era submetido ao Poder Executivo e que tudo o que havia sido feito em Martim Francisco havia sido feito com aval do Executivo e não do subprefeito. “Acho bom, para que se mantenha um relacionamento harmônico, entre este Vereador do PT, base oposicionista, e o Executivo, que cessem estas coisas, porque não acho justo o subprefeito falar que ele é quem está mudando Martim Francisco, porque ele não respeita os colegas do Legislativo e o nosso empenho, as



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nossas indicações e requerimentos, que são aprovados por esta Casa e executados pelo Poder Executivo”, salientou. “Eu vou usar o meu mandato inteiro, a partir de hoje, para ‘pegar no pé’ do Marcos Bento Alves de Godoy – o Marquinhos; vou fiscalizá-lo, e se ele não for humilde e não respeitar as pessoas, onde ele for, vou ‘colar’, porque já falei, em tribuna, que ele não está cumprindo horário de expediente na subprefeitura e o problema está na sua arrogância e na sua prepotência, ele sem um pinga de hombridade”, vociferou, para encerrar seu discurso, o Vereador Waldemar Marcurio Filho. Como a próxima oradora, Vereadora Dayane Amaro Costa, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que comentou a respeito da aposentadoria do ex-diretor da Câmara, Bel. Valter José Poletini. Iniciou, reportando-se à matéria, publicada no jornal A Comarca, edição de 23/12/2011, intitulada “Câmara corta salário do ex-diretor Valter Poletini. Para Tribunal de Contas, Mogiano e Quaglio terão que devolver dinheiro”. Explicou que a reportagem colocava que a aposentadoria do ex-diretor estava errada e que não havia sido homologada, que ele estava recebendo vencimentos com valores a maior do que permitia a legislação vigente e também, que ele, Vereador e ex-presidente Osvaldo Aparecido Quaglio, teria que devolver sessenta mil reais para os cofres públicos, e o ex-presidente José dos Santos Moreno – o Mogiano, por sua vez, teria que devolver vinte mil reais. “Sempre debatemos e mostramos a diferença entre salários e benefícios, porque não se pode misturar aquilo que é salário, com aquilo que são os benefícios, tais como os biênios e quinquênios, e sempre falamos que a aposentadoria do funcionário público demora um pouco mais para ser homologada, como foi o caso da funcionária Benedita Aparecida de Macedo, cuja aposentadoria demorou dois anos para ser concluída, então, há o apontamento do Tribunal de Contas – TC”, explicou. Segundo relatou, para sanar tal situação, os apontamentos do TC, no último ano da Legislatura anterior, fora votado o salário de dezesseis mil reais para o cargo de Prefeito



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Municipal, objetivando encerrar, de vez, a questão do teto salarial do funcionalismo, pois era sabido que nenhum funcionário poderia ganhar mais do que o Prefeito. “Fizemos assim, para acabar com este apontamento nada real do Tribunal de Contas e gostaria de deixar claro, que nem o Mogiano e nem eu estávamos errados, logo, minha presidência estava correta em assinar a aposentadoria do Valter Polettini e eu estou relatando isto, em tribuna, para tornar público, porque, para acusar, os jornais não perdem tempo, mas para dizer que o Vereador está correto, é um pouco mais difícil”, declarou. Para encerrar sua participação, o Vereador do PSDB deixou uma sugestão ao atual Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, para que ficasse atento na ocupação do cargo, porque coisas sem nexos aconteciam, tais como, por exemplo, o concurso para diretor da Câmara, que sofrera ações judiciais. “Ainda bem que não fraquejei, porque se eu tivesse fraquejado, não teríamos a Dra. Adriana Tavares Penha, a atual diretora, aqui, conosco”, concluiu o Vereador. Como o próximo inscrito, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, fez uso da mesma o Vereador Luís Roberto Tavares, apenas para parabenizar o Vereador e ex-presidente Osvaldo Aparecido Quaglio, por ter solucionado o problema referente ao período de sua presidência. “Também fui Presidente da Câmara e pior, sem diretor, e aquela Mesa sofreu demais, porque só ocorriam problemas e a Promotora de Justiça querendo que anulássemos o concurso público e nós não tínhamos respaldo jurídico algum”, frisou, encerrando sua participação. A seguir, como os próximos inscritos, Vereadores Laércio Rocha Pires, Luís Antônio Guarnieri, Daniel Gasparini dos Santos, Luzia Cristina C. Nogueira, Jorge Setoguchi e Daniela Dalben Mota, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que parabenizou o jornalista Paulo Henrique Tenório, pelo editorial do jornal O Impacto, edição de 10 de agosto do corrente, intitulado “Reacionários de Papel”, versando sobre os últimos protestos ocorridos dentro das dependências da Câmara de Mogi Mirim.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do *Senhor Carlos do Nascimento Guilherme*, ocorrido em 20 de julho do corrente, a pedido da Vereadora Dayane Amaro Costa (Moção nº122/2013). Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h02, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM